



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

NATALLY COSTA DE OLIVEIRA

**CRISTÃOS-NOVOS E INQUISIÇÃO: UM LABIRINTO DE EMBATES E
CONTROVÉRSIAS**

SÃO CRISTÓVÃO/ SE

2015

NATALLY COSTA DE OLIVEIRA

**CRISTÃOS-NOVOS E INQUISIÇÃO: UM LABIRINTO DE EMBATES E
CONTROVÉRSIAS**

**NEW CRISTIAN AND INQUISITION: A MAZE OF CLASHES AND
CONTROVERSIES**

**Artigo apresentado à disciplina
Prática de Pesquisa, como requisito
para obtenção do título de Licenciada
em História pela Universidade Federal
de Sergipe.**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva

São Cristóvão/SE

2015

Cristãos-Novos e Inquisição: um labirinto de embates e controvérsias

Natally Costa de Oliveira¹

Resumo: o presente trabalho tem como objetivo analisar os principais embates tecidos por estudiosos acerca dos Cristãos-Novos. Para isso, utilizaremos como documento central a entrevista concedida ao jornal *O Diário de Lisboa* pelo historiador Israel Salvador Révah, conduzida pelo jornalista Abílio Dinis Silva, cuja teve como tema a obra *Inquisição e Cristãos-Novos* de José Antônio Saraiva. A partir da entrevista e das réplicas e tréplicas às quais os envolvidos tiveram direito, assim como, considerando os estudos essenciais sobre o assunto, é possível apontarmos e discutirmos quais são os maiores impasses existentes na historiografia sobre os Cristãos-Novos.

Palavras-chave: Cristãos-Novos, Inquisição, controvérsias.

Abstrat: The present study aims to analyze the main expatiated clashes by researchers about the New Christians. For this, we use as the main text interview with the newspaper *Diário de Lisboa* by historian Israel Salvador Révah, conducted by journalist Abilio Silva Dinis, which had as its theme the work *Inquisition and New Christians* of José Antonio Saraiva. From the interview and replies and rejoinders to which those involved had the right, as well as, considering the essential studies about the subject it is possible point out and discuss what are the major existing deadlocks in the historiography of the New Christians.

Key-Words: New Christians. Inquisition. Controversies.

Introdução

As Inquisições portuguesa e espanhola se diferenciavam das demais, sobretudo, pela natureza dos réus que elas perseguiam, os chamados “Cristãos-Novos”²

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe. Email: Tally.oliveira@hotmail.com.br

ou “Marranos”. O processo inquisitorial era regido pela junção de dois direitos, o direito eclesiástico (aplicado pelo braço inquisitorial) e o direito civil (aplicado pelo braço temporal).

Com efeito, sendo uma instituição eclesiástica, a Inquisição só podia, em princípio, impor penas espirituais (excomunhões, penitências, etc.); mas, entregando, ou relaxando ao braço secular, isto é, à justiça civil, os condenados, submetia-os implicitamente à pena de morte e de confiscação de bens, que o direito civil estatua para certos crimes, entre os quais os de heresia. (SARAIWA, 1969, p.14-15).

No início, tanto em Portugal como na Espanha, a Inquisição ocupava-se exclusivamente dos súditos da Igreja, dos batizados que se afastavam da fé, em teoria, a Igreja não podia obrigar a converter-se a fé cristã os nascidos fora de sua comunidade, como Judeus e Mulçumanos.

Entretanto, a partir do final do século XV, o problema dos “Cristãos- Novos” toma proporções diferentes nesses dois países. Pois se de um lado, o Tribunal do Santo Ofício já exercia toda sua força e poderio na Espanha desde o início do século XV, foi só a partir de 1536 que os judeus convertidos forçadamente à religião católica foram duramente perseguidos em Portugal. Sendo que, “as devastações desta ultrapassarão as da instituição castelhana similar, cuja atividade antimarrana diminui consideravelmente após os terríveis excessos dos primeiros decênios.” (RÉVAH, 1977, p.100).

Desse modo, fica nítido que apesar da Inquisição ter demorado mais para ser intensificada em Portugal, foi nesse país onde essa teve maior duração e conseqüentemente vitimou maior quantidade de judeus e inocentes. A diferença entre o período em que a Inquisição foi intensificada na Espanha e em Portugal foi decisiva para que se estabelecessem no último, os alicerces espirituais e religiosos marranos.

A problemática que envolve os “Cristãos-Novos” é alvo de muitas discussões e embates entre os estudiosos do assunto. As discordâncias acerca desse fenômeno vão desde o termo utilizado para designar esse grupo até à maneira como a relação entre o Tribunal do Santo Ofício e “Cristãos-Novos” é interpretada e compreendida pelos pesquisadores.

²Cristão-novo foi a expressão pela qual foram designados os judeus convertidos ao catolicismo, contrapondo-se ao cristão-velho sem antecedentes judaicos. Cristão-novo era, com freqüência, substituída por converso e, na Espanha, por “marrano”, expressão de origem polêmica uma vez que para alguns significa “porco”, porque as religiões, judaica e muçulmana, proibiam a ingestão da carne desse animal, e para outros o termo seria de origem hebraica com influência ibérica e significa “homem batizado à força”. Anussim, termo de origem hebraica, quer significar exatamente a categoria daqueles que foram “forçados” a abdicar de sua identidade ancestral. (SILVA, 2009, p.01)

Se por um lado temos estudiosos como João Lúcio de Azevedo, Lopes Martinez e Caro Baroja, legitimando a existência e o modo de funcionamento do Tribunal do Santo Ofício, através da alegação de que uma vez batizados na religião católica os “Cristãos-Novos” eram súditos da Igreja e deveriam estar conscientes quanto às suas sanções eclesiásticas, não importando se seus antepassados tivessem sido convertidos à força. Por outro, temos autores como M. Kayserling, Yitzhak Baer e N. Sloush que defendem o direito dos “Cristãos-Novos” em não se reconhecerem como tal, uma vez que as conversões de seus antepassados ao catolicismo não aconteceram espontaneamente, mas através do uso da força, desse modo não poderiam ser legitimadas e por isso não aceitavam a religião católica e em segredo praticavam os ritos judaizantes (NOVINSKY, 1992 P.03-04).

Diante dessas questões, é preciso que esclareçamos ao longo do trabalho alguns pontos para que alcancemos uma melhor compreensão desse grupo tão complexo que são os “cristãos-novos”. Para isso, tentaremos responder alguns questionamentos que procurarão englobar desde fatores da vida prática até aquelas concernentes à identidade cultural e a consciência histórica do grupo.

Instigado com as diferenças de concepções entre os especialistas, o “Diário de Lisboa”,³ realizou através do jornalista Abílio Dinis Silva, uma entrevista com prof. Israel Salvador Révah do College de France e da École Pratique des Hautes Etudes da Sorbonne, com a intenção de conseguir uma resposta contraditória às teses defendidas por António José Saraiva, em seu livro “Inquisição e Cristãos-Novos”, essa entrevista acaba por adquirir um tom polêmico.

Antes de adentrarmos a entrevista e à discussão de seus temas mais polêmicos, faz-se necessário conhecermos as regras para o uso dos documentos inquisitoriais. Como sabemos todo documento de fabricação humana é passível de parcialidade, sendo que está pode se dar de forma voluntária ou involuntária.

Entretanto, para Révah há vários métodos para se controlar a autenticidade dos documentos inquisitoriais, o próprio enumerou quatro possibilidades de controle, são elas:

1ª- por vezes, basta estudar um processo isolado para se demonstrar a autenticidade dos seus documentos, quando se encontram descritos

³ Jornal vespertino que circulou em Portugal no período compreendido entre 21 de abril de 1921 a 30 de dezembro de 1990, sem dúvidas foi um dos jornais de maior referência do século XX em Portugal. No período que nos interessa (1971) o jornal era dirigido por António Ruella Ramos (1938-2009), o qual posteriormente também foi administrador da “Lisgráfica”.

com precisão aspectos da teologia ou, principalmente, da liturgia judaica (ou marrânica). Estes aspectos não podem ter sido fraudulentamente sugeridos pelos inquisidores que se limitavam de deficientes definições oficiais da heresia judaizante, e que nunca procurava informa-se sobre o judaísmo. Comecei a reunir os elementos de uma história da liturgia judeomarrânica ao seguir certas orações desde os processos do séc. XVI até a época contemporânea, na qual, quando se redescobriram os marranos portugueses, investigadores ligados directa ou indirectamente ao judaísmo publicaram numerosos textos que recolhiam da tradição escrita ou oral. Embora os processos onde aparecem versões destas orações tenham sido instaurados pelos mais diversos tribunais: Lisboa, Coimbra, Évora, Toledo, Logroño, México, Lima, Cartagena das Índias, nada nos regulamentos das Inquisições portuguesa e espanhola, explica essa extraordinária convergência _garantia suprema de autenticidade;

2ª- A maior parte das vezes, o caso de um cristão-novo denunciado ou preso pode ser incluído na história da sua família. O historiador moderno encontra-se assim numa posição mais confortável que a dos Inquisidores, que tinham que tomar uma decisão individualizada numa data determinada: pode utilizar documentos que os inquisidores não podiam conhecer. Contudo, ser-lhes-ia bastante precioso saber, por exemplo, que o indivíduo que iam condenar à abjuração de *levi* ou de *vehementi*, ou mesmo à reconciliação, se iria encontrar, alguns anos mais tarde, como membro efectivo de uma comunidade judaica. Aplico sistematicamente este método de <controle> nos documentos que se relacionam com as famílias dos escritores neocristãos cujas obras empreendi estudar para explicitar o verdadeiro sentido. A este respeito, ser-me-á bastante fácil mostrar o teor particularmente lamentável do estudo que A. J. Saraiva consagrou à história de Uriel da Costa e da sua família (págs. 218-219 e 232-235).

3ª-Muitas vezes, o caso de um cristão-novo preso ou denunciado pode der inserido na história do seu meio. Na maior parte dos casos, os juízes do Santo Ofício procediam a numerosas prisões a partir de uma denúncia de uma confissão espontânea e da primeira prisão que estas tinham originado: em regra, os processos engrenavam-se uns nos outros. É fácil compreender que o estudo simultâneo de todas as denúncias e de todos os processos relacionados com um mesmo meio e numa mesma época permite controlar eficazmente o valor dos documentos que dizem respeito a cada um dos membros desse meio. E isto tanto mais que se pode, por vezes, aplicar os outros métodos de <controle> que tenho estado a expor. A aplicação de dois destes métodos conduziu o historiador João Lúcio de Azevedo a mudar de opinião, entre 1921 e 1932, sobre o processo de António José da Silva <o Judeu> ao qual A. J. Saraiva consagrou um estudo igualmente lamentável (págs. 124-129). Pude assegurar-me da eficácia deste terceiro método de <controle> ao aplicá-lo aos 150 processos intentados aos cristãos-novos do Porto entre 1618 e 1625.

4ª- Em certos casos, é possível controlar o valor da documentação inquisitorial através de declarações (impressas ou manuscritas) redigidas no estrangeiro por cristãos-novos regressados ao judaísmo, os quais, em Portugal ou Espanha, tinham sido adeptos convictos do criptojudaísmo, e contra os quais, foram intentados processos inquisitoriais. Já várias vezes se chamou a atenção (eu próprio muitas vezes o fiz) acerca da importância de tais declarações de Elias

Montalto, Uriel da Costa, Moisés Pinto Delgado, Isaac Oróbio de Castro, Isaac de Pinto, Isaac de Mathatias Aboab, o dr. António Nunes Ribeiro Sanches. Recentemente mostrei como um livro de poesia publicado em 1626 (sem dúvidas em Hamburgo) por David Abenatar Melo, permite controlar o valor das declarações-denúncias das confissões ou das negações relativas aos membros da sua família e dele próprio. Preso pela Inquisição portuguesa, não o puderam convencer de judaísmo, apesar do emprego da tortura: abjurou, pois de *vehementi*, no entanto, segundo a sua própria confissão de 1626 após a sua expatriação, ele tinha sido iniciado pelos seus pais ao criptojudaísmo como todos os seus irmãos, desde os 8 ou 9 anos de idade; sua mãe morreu judia na Terra Santa, em Safed. (DIÁRIO DE LISBOA, 1971. p.05).

Por outro lado, Révah também acredita que seria possível identificar inautenticidades⁴ de diversas formas nos documentos concernentes ao processo inquisitorial.

Considerando todos esses pontos levantados por Révah, temos ideia da complexidade desses documentos, e no cuidado e atenção que devemos (quanto historiadores) dispensar ao seu estudo.

Sobretudo, as principais críticas tecidas sobre a obra *Inquisição e Cristãos Novos* de A.J. Saraiva, tanto por I.S. Révah como por outros estudiosos do assunto, a exemplo de Amílcar Paulo, Jorge Reis e Anita Novinsky, são em relação ao caráter demasiado simplista que o escritor dispensa a determinados aspectos do “fenômeno” Cristão-Novo e Judeu.

Cristão- Novo, Judeu e Inquisição sob uma ótica simplificada da teoria da Luta de Classe.

Essa simplicidade em relatar fatos altamente complexos é perceptível ao longo de toda entrevista, e são encontradas nas principais teses defendidas por Saraiva,

⁴ 1ª- inautenticidade (aliás, pouco importante) da forma (sugerida pela Inquisição) pela qual foram realizadas certas confissões;

2ª- inautenticidade total de certas denúncias oriundas de ignóbeis caluniadores que acusavam inocentes;

3ª- inautenticidade total de certas confissões nas quais inocentes confessaram heresias e incriminaram cúmplices, ambos inexistentes;

4ª- inautenticidade total de certas declarações nas quais os culpados se recusaram a confessar suas heresias e a incriminar os seus cúmplices;

5ª- inautenticidade parcial de certas confissões nas quais os culpados esconderam o nome de alguns dos seus cúmplices;

6ª- inautenticidade parcial (a mais grave por causa das suas consequências) de certas confissões nas quais os culpados, entre uma lista de cúmplices reais, introduziam os nomes dos inocentes (Cristãos-novos ou mesmo Cristãos-Velhos) dos quais eles se queriam vingar de maneira feroz. (DIÁRIO DE LISBOA, 1971.pp 04-05).

sobretudo no que diz respeito à sua análise do “fenômeno” Cristão- Novo, Judeu e Inquisição sob uma ótica simplificada da teoria da Luta de Classe, esse fator por influenciar várias outras interpretações, é considerada uma das suas maiores falhas. Uma vez que para Saraiva,

A personalidade deste grupo social, aliás, pouco estável e de limites mal definidos, resultava, sobretudo das suas atividades econômicas predominantes e da consciência particular que dentro dele tendia a criar-se em resultado da sua situação relativamente aos outros grupos sociais. (SARAIVA, 1969, p.25)

Seguindo essa ótica, Saraiva afirma que o alvo da Inquisição era a burguesia formada majoritariamente por Cristãos-Novos, que estavam em constante ascensão e poderiam vir a por em risco o poder da nobreza e do clero. Entretanto, sabemos que os Cristãos-Novos estavam presentes em todas as classes sociais, sendo que a Inquisição tinha muitos presos pobres e era responsável por sua subsistência durante o período do cárcere. Saraiva tenta defender-se argumentando que nem todos os Cristãos-Novos eram burgueses, mas todos os burgueses eram Cristãos-Novos.

Por sua vez, Révah acusa Saraiva de atribuir à expressão “Cristão-Novo” sentido apenas econômico-social, negando o significado étnico e religioso, pois, de acordo com Saraiva o “passaporte” para migrar do grupo de Cristãos-Novos para a nobreza, era o acúmulo de riqueza, desse modo, para ele, “o nome “Cristão-Novo” corresponde a uma situação econômica e social, tanto, pelo menos, como uma continuidade hereditária.” (SARAIVA, 1969, p.23).

Entretanto, para Révah, o problema dos Cristãos-Novos não poderia ser reduzido apenas à economia, uma vez que, a religião também constitui elemento fundamental para a compreensão desse grupo. Para este autor,

Os marranos criptojudéus e os judeus de origem marrana estão unidos, para além dos mares, por laços de parentesco, de fé e, muitas vezes, de interesse: eles constituem um elemento importante de organização econômica mundial. (RÉVAH, 1977, p.139).

Révah, embora discordasse que todo burguês fosse “Cristão-Novo”, afirma que quando os judeus eram convertidos ao cristianismo, os obstáculos legais que os mantinham afastados das atividades econômicas eram eliminados, dessa forma, “os Cristãos-Novos penetram mesmo na nobreza; mas, sobretudo, invadem literalmente as

profissões financeiras, comerciais e artesanais.” (RÉVAH, 1977, p.100). De modo que, não é raro encontrarmos documentos oficiais que indicam ter existido um monopólio comercial por parte desse grupo, assim como, o termo “homem de negócio” é cada vez mais encontrado como sinônimo de “homens da nação hebraica” ou “Cristãos-Novos”.

Para Natan Wachtel, os comerciantes Cristãos-Novos muito contribuíram no campo da modernidade econômica, não só pela elaboração de novas formas de troca, mas principalmente pela elaboração de redes comerciais que englobaram distâncias até então desconhecidas, de dimensões planetárias. De modo que, as articulações se faziam frequentemente por intermédios das mesmas famílias de Cristãos-Novos. “Em suma, essas redes contribuem intensamente para a formação do gigantesco processo que remonta a essa primeira expansão europeia, e que hoje se chama globalização.” (WACHTEL, 2009, p.15).

Os Cristãos-Novos portugueses se espalharam rapidamente pelas várias regiões da Península Ibérica, chegando às cidades comerciais mais importantes da Espanha, como Sevilha e Madri. Foi em função dessa vasta expansão que o termo “português” passou a ser utilizado para designar Cristãos-Novos e criptojudeus.

De acordo com Révah, são esses portugueses, os principais responsáveis pelo ressurgimento do problema Cristão-Novo na Espanha, 80 anos após a instauração da primeira inquisição castelhana. Uma vez que, em meados de 1580 os Cristãos-Novos castelhanos, se encontravam quase que totalmente absolvidos pelo catolicismo oficial.

Embora a inquisição castelhana tenha represado fortemente esses Cristãos-Novos portugueses, essa foi sem dúvidas, mais branda do que a primeira. Isto porque os inquisidores espanhóis ao contrário dos portugueses compreenderam “que os comerciantes marranos constituíam uma matéria-prima cujo enfraquecimento não devia ser provocado.” (RÉVAH, 1977, p.103). Os inquisidores espanhóis não estavam tão interessados, quanto os portugueses, em queimar pessoas, seu maior interesse consistia na confiscação de bens.

O ressurgimento do “problema” Cristão-Novo na Espanha após 80 anos da instauração, além das várias sinagogas judaicas que existiam espalhadas pela Europa e até mesmo no Brasil, mais especificamente em Pernambuco, faz-nos compreender que ao contrário do que afirmara Saraiva, o grupo dos “Cristãos-Novos” não estava enfraquecido e tão pouco havia perdido sua identidade religiosa.

Faz-se necessário ressaltar que a contribuição dos marranos não se restringiu apenas à economia, sendo também indispensáveis para a construção intelectual. De

modo que, segundo Révah, “os marranos não só trouxeram sua contribuição à ortodoxia rabínica: eles desenvolveram igualmente as heresias.” (RÉVAH, 1977, p.144).

Em sua essência, a literatura marrânica é dissimulada, sendo que os sábios e em particular os médicos fugiam a essa “regra”. Surgiu assim, uma abundante literatura anticristã.

Rápida assimilação dos judeus convertidos

O simplismo do qual é acusado Saraiva, também fica nítido nos argumentos em que afirma a rápida assimilação dos judeus convertidos em 1497 na sociedade cristã velha. Para ele, prova disso era absorção dos antigos Judeus pela população portuguesa através dos casamentos entre famílias cristãs velhas e cristãs-novas. Na teoria de que o grupo dos Cristãos-Novos era um mito criado pelos Inquisidores, sendo resultado das leis de limpeza de sangue e do modo de agir Inquisitorial. (SARAIVA, 1969).

No período compreendido entre 1391 a 1414 os judeus espanhóis, sobretudo, aqueles que viviam nas principais comunidades de Castela e Aragão, foram alvos de chacinas, pilhagens e pregações coercitivas, os que conseguiram sobreviver a esses atos rigorosamente violentos, foram por meio do batismo, da conversão forçada e da fuga.

Enquanto Saraiva afirma a rápida assimilação dos “Cristãos-Novos” na sociedade portuguesa, Révah defende que os judeus convertidos forçadamente ao cristianismo nesse período na Espanha, não foram em sua totalidade aceitos pela sociedade espanhola, uma vez que,

opuseram logo estes “cristãos-novos” aos “cristãos-velhos, *cristianos nuevos* contra *cristianos viejos*, e se criou no seio da comunidade católica espanhola uma distinção que é preciso qualificar de racista e que parece pouco compatível com o universalismo proclamado pelos fundadores do cristianismo. (RÉVAH, 1977, p.95)

Esse racismo não ficou contido apenas no seio da Igreja e nos assuntos concernentes à religião, logo se alastrou por todas as esferas da sociedade, de forma que, os Cristãos-Novos não tinham acesso a altos cargos, nem podiam participar ativamente da política. “Em meados do século XVI exigia-se a “limpeza de sangue” para os cargos eclesiásticos, as ordens militares, as confrarias, os graus acadêmicos, os cargos do governo administrativo e militar”. (SARAIVA, 1969, p.165)

Para Ribeiro Sanchez, essa discriminação sofrida pelos “Cristãos-Novos”, constituiu o maior empecilho para a sua completa assimilação no seio da sociedade “cristã velha”. Bem como, a obrigatoriedade em casar-se entre si e a proibição em seguir a carreira de padre ou freira, eram fatores que colaboravam para que os “Cristãos-Novos” se multiplicassem mais rapidamente do que os “cristãos velhos”.

Medidas Pombalinas

Saraiva enxergava nas medidas adotadas por Pombal no final do século XVIII a vitória dos marranos, uma vez que, teria sido ele, o responsável pela destruição do mito “Inquisição”. Segundo Saraiva, Pombal via no comércio a principal atividade econômica de Portugal.

Um dos princípios pombalinos acerca da legislação inquisitorial consistia na defesa de que o Tribunal do Santo Ofício era responsabilidade do Rei e não do Papa. Entretanto, para Saraiva, o princípio inspirador mais importante da legislação de Pombal, “é a tese de que a distinção entre Cristãos-Novos e cristãos velhos não tem qualquer realidade senão a que resulta das leis de limpeza de sangue e dos preconceitos.” (SARAIVA, 1969, p.309)

As listas que separavam cristãos velhos de Cristãos-Novos foram extintas, só restando cópias e cópias de cópias, sendo que, aqueles que fossem pegos com tais listas, estavam sujeitos a penas severas. Assim como, aqueles que apelidassem pejorativamente outros de “Cristãos-Novos” estavam propensos à expulsão da pátria. De acordo com Saraiva,

Estas medidas parcelares tornaram-se lei geral pela lei de 25 de maio de 1773, que suprime as provas de limpeza de sangue para os cargos públicos e honrosos e condena de forma geral “a sediciosa e ímpia distinção entre Cristãos-Novos e Cristãos-velhos. (SARAIVA, 1969, p.311)

Sendo completada pela lei de 15 de dezembro de 1774, a qual “declarava habilitados para os cargos públicos inclusivamente os filhos e netos dos condenados da Inquisição quando não fossem réus impenitentes sentenciados ao fogo.” (SARAIVA, 1969, p.312)

Desse modo, temos o fim legal da distinção de Cristãos-Novos e cristãos velhos pelas provas da limpeza de sangue, e a habilitação do acesso a cargos públicos

pelos descendentes de condenados pela Inquisição, desde que estes não fossem réus impenitentes condenados à fogueira.

Saraiva, em seu livro *Inquisição e Cristãos-Novos*, procura passar a ideia de que Pombal conseguiu impor essas medidas, sem gerar grandes conflitos porque esse era um homem distinto, sendo visto por Saraiva como um tipo de herói.

Entretanto, para Révah, esse sucesso de Pombal deve-se ao momento em que as medidas foram introduzidas, não a quem as introduziu. Pois de acordo com o historiador, no final do século XVIII, Portugal passava por profundas transformações socioeconômicas. A burguesia encontrava-se praticamente aniquilada com o enfraquecimento e emigração dos mais importantes agrupamentos marranos.

Processo inquisitorial

As regras do processo inquisitorial constituem mais um tema polêmico dentro da questão dos Cristãos-Novos. O procedimento adotado pelos inquisidores possuía duas fases distintas, a primeira era denominada “instrução”, nela o réu era submetido a interrogatórios que pretendiam levá-lo a confessar as culpas de que estava denunciado e a segunda era chamada de “julgamento”, nela apresentava-se o libelo de acusação, com base nas denúncias e nos depoimentos do réu, sendo que em seguida era feita a defesa deste. De acordo com Saraiva, “as denúncias são, juntamente com as confissões, a base principal do processo do Santo Ofício”. (SARAIVA, 1969, p.77)

Para Saraiva, os inquisidores eram homens sujeitos ao engano e à paixão, assim como, as regras do processo inquisitorial eram incompatíveis com a verdadeira imparcialidade de juízo, de forma que findavam condenando inocentes automaticamente.

Os réus eram frequentemente induzidos ao engano, não lhes era informado o nome dos denunciantes, os locais em que tais heresias teriam sido praticadas, nem as pessoas que teriam participado. Eram levadas a denunciar o maior número de pessoas e quanto mais próximas essas pessoas fosse dos denunciantes, mais credibilidade a denuncia obteria.

Desse modo, não é raro encontrarmos entre as denúncias relatos falsos de pessoas em busca da “reconciliação”. Outro fato corriqueiro era as várias denúncias entre os presos ou de presos a pessoas já falecidas, ou que estivessem fora do alcance da inquisição, judeus que moravam em outros países, por exemplo.

Era comum, nas famílias que possuíam entre seus membros pessoas acusadas de judaizantes, a preparação de seus filhos para o caso de algum dia estes serem presos e interrogados pelo Tribunal do Santo Ofício. As crianças eram ensinadas desde cedo a confessarem jejuns que nunca existiram, falava-se a elas como ocorriam os ritos e como eram as orações judaicas.

Entretanto, de acordo com Révah, embora alguns Cristãos-Novos tenham sido condenados injustamente, nada prova que todos tenham sido vítimas de erros judiciários.

Teoricamente, as regras dos processos inquisitoriais de Portugal e Espanha eram iguais, o que mudava era sua aplicação: “geralmente correta e medida na Espanha do século XVII; frequentemente arbitrária, injusta e cruel em Portugal.” (RÉVAH, 1977, p.109-110).

Falta de análise dos documentos inquisitoriais

Saraiva não estudou nenhum processo inquisitorial, esse fator fez com que sua capacidade em escrever sobre tal, gerasse incredibilidade e fosse posta em xeque, isso também nos induz a acreditar que o mesmo, pouco se preocupava com a investigação e a interpretação de documentos históricos. Essa renúncia em investigar e interpretar a documentação referente à Inquisição se daria em parte porque Saraiva considera toda a documentação como de produção inquisitorial e elaborada com o intuito de justificar a existência do Tribunal do Santo Ofício.

Esse posicionamento gerou grande descontentamento entre os historiadores, uma vez que, a análise de documentos, corresponde a um dos métodos históricos responsáveis por garantir à história seu caráter científico. Também é função do historiador encarar e desconfiar de suas fontes, bem como, confrontar diversos documentos a fim de confirmar sua autenticidade.

Para o historiador Natan Wachtel, “nem tudo o que os informantes denunciavam deve ser verdade, mas não é possível que tenham preenchido centenas de páginas com pura ficção.” (Wachtel, 2009, p.160) Desse modo, por mais que os inquisidores aumentassem ou inventassem fatos, parte daqueles documentos merece credibilidade.

No tocante a esta questão Révah concorda com Wachtel, para ele a descrença em todo o material produzido pelo Tribunal da Inquisição, era ridícula. Assim como,

acreditar que a Inquisição era uma instituição homogênea é um erro, uma vez que, toda instituição humana é reflexo daqueles que a compõe. Segundo Révah, “não há uma Inquisição peninsular, cujos documentos são todos mentiras abomináveis, mas os tribunais cujos juízes diferiam de espírito, segundo os lugares e segundo as épocas.” (RÉVAH, 1977, p.112).

De acordo com Révah, se de um lado temos pessoas que confessaram “heresias” que nunca cometeram, do outro, temos aqueles que negaram qualquer tipo de ligação com o criptojudaísmo e acabaram sendo absolvidos ou condenados a penas leves.

Novinsky, em sua obra “Cristãos-Novos na Bahia: A Inquisição”, atenta para alguns perigos documentais produzidos pelo Tribunal do Santo Ofício, são eles:

... Primeiro, reflete a opinião do grupo que está no poder, que tem interesse na manutenção da velha estrutura e traz, portanto, a marca dos conceitos que esse grupo ‘queira’ encontrar nos perseguidos; segundo, as denúncias provêm, de um lado, de indivíduos pressionados por exaustivas inquirições durante o processo, ou nas câmaras de tortura, e de outro, de cidadãos condicionados para esse papel através da ideologia que lhes foi imposta e que, se algumas vezes foram levadas a tal atitude por motivos relacionados à consciência religiosa, quase sempre o fizeram induzidos por toda sorte de paixões e ambições de prestígio. (NONVINSKY:1992, p.08).

Notícias Recônditas

Entretanto, em outro momento Saraiva parece confiar seguramente nos arquivos produzidos pelo panfleto anti-inquisitorial “Notícias Recônditas”, cuja obra pertence à literatura composta (por ou) para os jesuítas portugueses, baseada em informações por vezes recolhidas entre os Cristãos-Novos. Essa confiança de Saraiva nos arquivos produzidos pelo “Notícias Recônditas” e sua descrença nos documentos inquisitoriais, sem apresentar qualquer tipo de argumento ou método convincente, nos faz pensar que Saraiva, “acreditava” naquilo que lhe era mais conveniente.

Sendo que para Révah, “os jesuítas teriam descrevido de maneira tendenciosa as práticas inquisitoriais, no intuito de evidenciar que elas eram um mecanismo de condenação de inocentes.” (RÉVAH, 13 de maio de 1971, p.04 IN: Diário de Lisboa)

Saraiva diz, em resumo, que a Inquisição estava interessada em provar que havia o maior número possível de judaizantes, visto que eles eram a sua principal razão

de existência; que os inquisidores eram simultaneamente os juízes e os policiais. “O processo inquisitorial era secreto, sem apelo e deixava nas mãos dos Inquisidores o poder praticamente absoluto e arbitrário de condenar, ou absorver,” (SARAIVA, 1965, p.75) O próprio advogado de defesa era um funcionário do Santo Ofício; por outro lado, as regras do processo eram tais que, quer o acusado fosse culpado quer não, saía sempre Judeu, porque se confessava fazia uma reconciliação pública (o equivalente ao que em certos países se chama autocrítica) se negava, era condenado à morte como judaizante negativo. Ainda diz que, a única possibilidade de o judaizante negativo sair com vida do processo era resistir à tortura, ou tormento, mas essa competência só lhe era facultada por arbítrio exclusivo dos Inquisidores.

Saraiva não quer dizer com isso que não existiam judaizantes em Portugal, mas que de maneira geral os antigos Judeus se assimilaram e que os resistentes clandestinos constituíam número muito menor do que supunha a Inquisição.

Saraiva e Révah concordam com a tese de que se não tivesse sido a Inquisição e a discriminação racial constantemente sofrida pelos Cristãos-Novos, esses teriam se fundido mais facilmente a sociedade Portuguesa, segundo tal ponto de vista, esses fatores teriam possibilitado que a etnia neocristã e a religião criptojudáica não desaparecessem totalmente de Portugal. De acordo com Révah, o criptojudáismo foi perseguido em Portugal pelo Santo Ofício até dezembro de 1768.

Sinagogas

As sinagogas portuguesas do estrangeiro fundadas pelos poucos Judeus que conseguiram resistir à assimilação, usando de sua própria coesão ideológica conseguiram sobreviver como coletividades orgânicas perante o meio estranho, segundo os costumes e a língua do seu país de origem. A Sinagoga representava de alguma forma a pátria, uma fortaleza, sendo que a adesão de portugueses expatriados às comunidades judaicas portuguesas e espanholas não é por si só prova de ter praticado o judaísmo em Portugal, sendo necessário apresentar provas, pois muitos para se fazerem valer junto dos compatriotas judeus fantasiavam histórias. (DIÁRIO DE LISBOA, 1971, p.04).

No dia 14 de fevereiro de 1615, foi fundada “A Santa Companhia para a concessão de dotes às órfãs e moças pobres”, apesar dessa companhia ter como principal alvo as moças que moram na França, Flandres, Inglaterra e Alemanha, todos

os portugueses e espanhóis pertencentes à Nação Hebraica ou seus descendentes poderiam se tornar membros dessa associação. (RÉVAH, 1977, p.138).

Assimilação do povo Judeu

Outra questão bastante relevante na discussão é sobre o caráter da assimilação de um povo como o Judeu, que teria resistido à dispersão durante milhares de anos e se deixado assimilar em um pequeno país como Portugal. A essa indagação Saraiva responde, usando uma de suas “criações”, David⁵, o qual argumenta que, “o atual povo de Israel é um punhado de sobreviventes de uma longa marcha semeada de mortos e desaparecidos, e os que chegaram até hoje são os que conseguiram resistir aos massacres, às pressões, às tentações e à assimilação. Este processo de seleção histórica contribuiu sem dúvida para temperar a qualidade extraordinária desse povo. Os Judeus portugueses que resistiram à assimilação partiram para o estrangeiro, os que ficaram em Portugal, viraram portugueses, mas falta saber em que medida introduziram na vida portuguesa elementos culturais judaicos.” (DIÁRIO DE LISBOA, 1971, p.04)

Nessa questão, Révah discorda de David, para este a diminuição progressiva de israelitas em Portugal, não se dá em Portugal inteiro, mas, ao número de israelitas da cidade de Faro, que diminui devido à emigração de grandes famílias para outros centros, principalmente Lisboa e Gibraltar.

Por sua vez, Novinsky defende que os portugueses teriam resistido mais do que os espanhóis e isso se deve ao fato da Inquisição Portuguesa ter impedido tal assimilação desde sua implantação, “adotando, logo que se viu estruturada, os estatutos de pureza de sangue, ao mesmo tempo em que impedia sua livre emigração.” (NOVINSKY, 1992, p.42).

Os relatos apresentados no jornal deixam claro que quando o Santo Ofício chegou a Portugal já havia mais de três décadas que os pseudo-conversos judaizavam em segredo, permanecendo assim, mesmo depois de sua saída. Embora muitos tenham se identificado com todas as formas do viver Cristão, é errado afirmar que a assimilação foi quase total, que ficou sem sentido o proclamado zelo religioso da Inquisição Portuguesa, que este foi puro pretexto para o aniquilamento de uma burguesia luso-

⁵ Saraiva a fim de melhor elucidar seus argumentos criou dois personagens fictícios, Afonso e David, os quais travaram uma discussão a cerca dos argumentos utilizados por Révah para contestar teses defendidas pelo pseudo-historiador.

judaica endinheirada. Apesar das duras perseguições e castigos muitos eram os Cristãos-Novos que se mantinham fiéis às suas crenças. (RÉVAH, 22 de julho de 1971, p.02 IN: Diário de Lisboa).

A problemática que envolve os Cristãos-Novos é muito complexa, principalmente no que concerne a sua identidade e aos meios que esses utilizaram para disseminá-la, de modo que a melhor maneira de fazer sua análise é através da perspectiva da micro-história⁶, uma vez que esta nos possibilita uma melhor percepção dos detalhes reveladores e dos indícios culturais que resistiram ao tempo e as intensas perseguições.

Identidade Cristã-Nova

Toda a discussão tecida no presente trabalho tem como objetivo traçar os elementos que juntos compõem a identidade Cristã-Nova, para isso é importante que saibamos quais são os elementos que constituem uma identidade. A discussão em torno da definição de identidade tem sido constante ao longo do tempo, entretanto, intensificou-se após os anos de 1970, com a transformação no modo de pensar as questões sociais.

Até então, a noção de identidade estava ligada a concepção de um sujeito unificado e passou a ter um caráter fluido, polissêmico, e móvel, assim como, surgiu a ideia de sociedade multicultural, cuja consiste na convivência de várias culturas em um mesmo espaço. De modo que, segundo, Nelma Cristina Silva Barbosa, “é possível identificar-se com referências culturais distintas. A afirmação ou repressão de determinadas características identitárias das culturas diversas passa por uma escolha política.” (BARBOSA, p.1)

Com a identidade Cristã-Nova não é diferente, alguns elementos tiveram que ser afirmados e outros negados para que a identidade do grupo não fosse extinta. Como já é do nosso conhecimento, um dos principais elementos da identidade Cristã-Nova é o segredo, e este foi introduzido no grupo essencialmente através das mulheres, as quais

⁶ A abordagem micro-histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. (LEVI, 1992, p.154)

mesmo antes das perseguições do Tribunal do Santo Ofício já praticavam os rituais e as crenças judias no interior de suas casas.

Além disso, a mulher também era a principal iniciadora das práticas e fé judias, pois eram elas as responsáveis por transmiti-las aos seus filhos, assim como, tornou-se costume que as mulheres exercessem a função de guia espiritual dos grupos marranos. Consequentemente, por possuírem esse leque de responsabilidades e importância dentro da comunidade judia, as mulheres constituíam os principais alvos do Tribunal da Santa Inquisição, uma vez que os inquisidores acreditavam que se impedissem as mulheres de executarem suas funções, estariam cortando “o mal pela raiz”.

O estudo em torno da memória e dos mecanismos de sua preservação são imprescindíveis para compreendermos a identidade Cristã-Nova, sendo que, o primeiro passo que devemos dar para compreendê-la é nos desvincularmos da corrente de pensamento que a julga como homogênea.

Os Cristãos-Novos constituem um povo cuja identidade judia lhes foi proibida de pertencer e em troca deveriam passar a comungar da identidade cristã, entretanto, esses não foram totalmente inseridos no seio da cultura cristã velha, sendo que, essa não inserção se deu tanto pelo fato dos próprios Cristãos-Novos não se identificarem como pertencentes àquela identidade, àquele grupo, como pelo fato dos cristãos velhos não lhes enxergarem como iguais. Dirigindo-se aos primeiros Cristãos-Novos que habitaram a América Portuguesa, mas que pode ser estendido a Cristãos-Novos em outras partes do mundo, Novinsky afirma que:

Ante a situação exposta, o cristão novo encontra-se num mundo ao qual não pertence. Não aceita o Catolicismo, não se integra no Judaísmo do qual está afastado há quase dez gerações. É considerado judeu pelos cristãos e cristãos pelos judeus. Integrado na Bahia do ponto de vista prático, interiormente conhece a fragilidade de sua situação. Poe em dúvida os valores da sociedade, os dogmas da religião católica e a moral que esta impõe. Internamente é um homem dividido, rompido que, para se equilibrar, se apóia no mito de honra que herdou da sociedade ibérica e que se reflete na frequência com que repete que ‘não trocaria todas as honras do mundo para deixar de ser cristão novo’. Exatamente nisso se exprime a essência do que ele é: nem judeu, nem cristão, mas ‘cristão novo com a graça de Deus’. (NOVINSKY, 1992, p.162).

Os Cristãos-Novos reagiram de diferentes formas à conversão forçada, se de um lado tiveram aqueles que procuram resistir e praticar a lei de Moisés em segredo, os chamados criptojudeus, também tiveram os que se tornaram verdadeiros fiéis do

Cristianismo, assim como, aqueles que preferiram o meio termo (Cristianismo+ Judaísmo) e os que se afastaram das duas religiões.

Sendo que, aqueles que insistiram em continuar praticando os ritos e professando a fé judaica tiveram que fazê-los de acordo com a realidade e o meio em que estavam inseridos, de modo que, a execução dos rituais variava de grupo para grupo, região para região. Desse modo, podemos considerar que a identidade cultural Cristã-Nova não pode ser entendida como algo homogêneo, pois dentro dela há diversos subgrupos que se comportam de diferentes formas.

Como afirma Wachtel:

Para lá dos esquematismos redutores da história apologética, convém que se restitua a religiosidade marrana na sua complexidade e na sua diversidade, no largo leque que se abre entre os dois pólos dos judaizantes fervorosos e dos cristãos sinceros, passando por toda uma série de casos intermédios e de combinações sincréticas. (WACHTEL, 2002, p.15).

Todavia, de acordo com Maria Antonieta Garcia, existem alguns aspectos que são comuns às identidades culturais desses subgrupos, são eles: “vivência num mundo marginal; uma história comum de perseguição (com queimados, excomungados, reconciliados); e apostasia: eram seguidores de um corpus doutrinário não coincidente com nenhum corpus religioso institucional”. (GARCIA, 2006, p.48)

É necessário diferenciarmos o marranismo do judaísmo, uma vez que, aquele se diferencia deste tanto pelo desaparecimento de algumas características como pelo surgimento de outras, seja pelo esquecimento natural através do tempo, ou pela impossibilidade de se praticar alguns ritos e crenças. De forma que, “durante toda a perseguição inquisitorial, os marranos sabiam que seu “judaísmo” era muito incompleto e aqueles que se expatriavam geralmente não queriam senão refazer sua educação judaica.” (RÉVAH, 1977, p.121)

Garcia conclui que,

O processo da construção social da identidade marrana, em Portugal, inicia-se e é marcado pela máquina inquisitorial, e pela definição tridentina da ortodoxia católica. Recriando a praxis religiosa, afeiçoaram-na aos diálogos, aos conflitos de interpretação, teceram laços de pertença e traços de diferença, construíram o marranismo, uma cultura, uma identidade polícroma em que são legíveis vários itinerários religiosos: uns mantiveram-se judeus fiéis; outros foram católicos fervorosos; alguns enveredaram pelo cepticismo; a maioria integra-se no marranismo que engloba uma gama de tonalidades com

graus de conhecimento e de adesão diversos ao judaísmo. (GARCIA, 2006, p.52)

Desse modo, fica nítido que Cristãos-Novos, judeus e criptojudeus são grupos distintos que possuem identidades singulares, adaptadas de acordo com a realidade que cada grupo ou subgrupo está inserido.

Consciência histórica dos cristãos-novos

É inegável que durante séculos os Cristãos-Novos tiveram que conviver com uma mancha obscura em sua história, de modo que, muitos acabaram negando seu passado a fim de não serem colocados às margens da sociedade, podendo assim, gozar de seus direitos e deveres de cidadãos comuns.

Utilizando como exemplo o Brasil podemos constatar que após longos anos de perseguição contra os judeus, uma considerável parcela da população brasileira negou sua ascendência étnico-cultural judaica em prol da valorização da predominante cultura católica-portuguesa.

Entretanto, a partir da década de 1970 renasce principalmente no nordeste brasileiro a ideia de pertencimento à cultura étnico-judaica em um fragmento considerável da população. De modo que, “descendentes dos cristãos-novos que se fixaram na região ainda no período da América portuguesa, chamados de *bnei anussim* ou marranos, iniciaram um difícil processo de retomada de suas origens étnico-culturais.” (SILVA, 2008, p. 01)

A maneira como determinada história é ensinada tem papel fundamental para a construção da consciência histórica dos povos envolvidos, por isso, mesmo tendo conhecimento de que não é possível escrever uma história totalmente neutra, os historiadores devem aproximar-se da neutralidade o máximo possível, assim como, evitar a utilização de dicotomias como herói versus vilão, o bem versus o mal.

De acordo com o historiador e filósofo alemão Jorn Rüsen, “a consciência histórica pode ser analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana.” (KUSNICK, 2006, p.14).

Desse modo, entendemos que o estudo e ensino de história não devem restringir-se aos acontecimentos do passado, sem relacionar-se com os acontecimentos

do presente e previsão do futuro, pois a história é uma disciplina que está diretamente ligada às necessidades da vida prática.

Assim, segundo Rüsen,

Se nós pudermos considerar a educação histórica como um processo intencional e organizado de formação de identidade que rememora o passado para poder entender o presente e antecipar o futuro, então a didática da história não pode ser posta de lado como sendo alheia ao que diz respeito aos historiadores profissionais. (RÜSEN, 2006, p.15).

Do mesmo modo que,

... A consciência histórica pode exercer um papel importante naquelas operações mentais que dão forma à identidade humana, capacitando os seres humanos, por meio da comunicação com outros, preservarem a si mesmos. (RÜSEN, 2006, p.15).

É função do historiador contemporâneo, munido das ferramentas cognitivas que possui procurar erradicar preconceitos que cercam as minorias, fazendo com que suas identidades sejam preservadas e respeitadas, assim como, divulgar a ideia de que não existe cultura, religião, raça, ou etnia superior, mas distintas.

Consciência histórica religiosa

Apesar da religião constituir um campo bastante estudado pela sociologia e antropologia, os historiadores ainda não a exploraram em sua totalidade, entretanto, isso não quer dizer que a religião não seja um interessante e vasto objeto de estudo para a história.

História da religião e história religiosa são campos completamente distintos, de modo que, um dos principais elementos que devem fazer-se presente no trabalho historiográfico da religião é auto controle científico, ou seja, o historiador que optar por esse campo de pesquisa deve despir-se de juízos de valor e da fé que o rege (se existir).

Outro equívoco que devemos evitar, é olhar a religião como algo do passado que não possui espaço no mundo moderno, uma vez que, ainda no século XXI grande parcela da população mundial segue alguma religião ou fé, vivendo de acordo com os preceitos e regras que aquela possui.

Como já é do nosso conhecimento a religião que nos interessa no presente trabalho, o Marranismo, é fruto da união de duas religiões: o Judaísmo e o Cristianismo. De modo que, tanto a religião judaica como a cristã são muito ricas nos quesitos superstições, costumes funerários, guarda dos dias santos, orações e leis alimentares, sendo que, cada uma delas possuem uma maneira distinta de executar cada um desses itens.

Diante de todos esses elementos religiosos e das maneiras diferentes de executá-los, podemos compreender a dificuldade que os Cristãos-Novos tiveram que enfrentar para se adaptarem à nova religião, uma vez que passaram a praticar (pelo menos em público) algumas ações abomináveis pela Judaísmo, como exemplo temos a adoração à Jesus Cristo.

Ao consideramos tais dificuldades e o fato de que são muitas as pessoas que regram suas vidas de acordo com a religião que seguem, vemos na prática secreta do Judaísmo a forma pela qual os Cristãos-Novos judaizantes ou cripto judeus encontraram de não se afastarem de sua religião e do modo de vida que essa impunha, preservando mesmo que de forma incompleta e adaptada a consciência histórica religiosa que lhes foi transmitida pelos seus antepassados.

Na ausência dessa consciência histórica religiosa, provavelmente hoje saberíamos muito menos do que sabemos sobre as práticas e religião judaica, uma vez que não existem livros para a transmissão dessas práticas e os ensinamentos eram feitos majoritariamente de forma oral, restando aos cristãos-novos judaizantes a missão de guardar tais ensinamentos em sua mente e transmití-los às próximas gerações.

Como ressalta Silva,

Os cripto judeus não possuíam livros judaicos para instruir suas crianças em Hebraico, nem escolas talmúdicas para refinar o entendimento dos adultos e nem sessões de estudo no Sábado à tarde em que debatessem sutilezas da lei. Embora alguns agrupamentos de cripto judeus continuassem a praticar a sua religião durante gerações após a expulsão, especialmente os velhos, os dados que temos sobre suas conversas religiosas sugerem que o judaísmo que estas pessoas discutiam com os seus amigos não era profundo nem muito ortodoxo. (SILVA, 2007, p.09)

É consequência também de uma consciência histórica religiosa, o retorno ou pelo menos interesse de descendentes de judeus convertidos forçadamente aos cristianismo, pela sua história e religião de origem, é graças a essa consciência histórica que a partir da década de 1970 uma parcela considerável da população brasileira, principalmente no

Nordeste, começou a identificar-se e buscar conhecer mais a história dos seus possíveis antecedentes.

Considerações finais

Embora Révah tenha sido o escolhido para discutir as teses defendidas por Saraiva em seu livro intitulado “Inquisição e Cristãos- Novos”, este a fim de dispensar a seus argumentos um caráter mais científico e confiável, recruta opiniões de outros estudiosos do assunto, para mostrar que não era o único que considerava a obra uma ofensa aos historiadores profissionais e que discordava das teses defendidas por Saraiva.

A fim de construirmos um bom trabalho, utilizamos da mesma ferramenta que Révah, a busca por outros estudos e especialistas para alcançarmos ou pelo menos aproximarmo-nos de um resultado satisfatório, pois, como é do nosso conhecimento a história não constitui uma verdade absoluta e a confrontação de dados e pesquisas é um bom caminho para atingirmos o maior grau de veracidade possível.

Ao fazermos tal estudo, constatamos que os demais estudiosos que pesquisaram sobre a questão dos Cristãos-Novos, os têm como um fenômeno bastante complexo seja em relação a seus aspectos religiosos, sociais, culturais e econômicos. De forma que não podemos nos referir a esse grupo de forma simplificada e homogênea.

A historiadora Novinsky, tece uma crítica positiva ao livro de Saraiva, segundo ela, sua tese é sem dúvida, pela sua abordagem, pelo método e pela sensibilidade de penetração, o que melhor se escreveu a respeito até hoje, entretanto no que diz respeito à questão da identificação de Cristão-Novo e Judeu, o assunto foi considerado com demasiada simplicidade.

Assim podemos considerar que, a obra de Saraiva representa uma importante contribuição para a compreensão do tema, embora esse tenha pecado pelo excesso de simplismo dispensado a questões tão complexas como o pretense desaparecimento dos Cristãos-Novos como tais, em resultado da Reforma Pombalina da Inquisitorial, também considerou o problema “Judeu-Cristão-Novo” com bastante simplicidade, e como já sabemos o Cristão-Novo mantém sua herança cultural, conservando-a interiormente.

Outra consideração que podemos fazer é em relação à escassez de estudos brasileiros sobre os Cristãos-Novos, pois apesar de existirem alguns trabalhos na historiografia brasileira acerca do tema, em comparação com outros países, como

Portugal, Espanha e Estados Unidos, podemos considera-los escassos, de forma que, muitas lacunas ainda estão por preencher.

Fontes consultadas

DIÁRIO DE LISBOA. Polêmica acerca de “Inquisição e Cristãos Novos” de António José Saraiva. 06 de maio à 26 de agosto de 1971.

Referências

BARBOSA, Nelma Cristina Silva. **Identidade**. Mais definições em transito. Bahia: UFBA. P.02.

DIÁRIO DE LISBOA. Polêmica acerca de “Inquisição e Cristãos Novos” de António José Saraiva. 06 de maio à 26 de agosto de 1971.

GARCIA, Maria Antonieta. **Judaísmo e Identidade Marrana**. Cadernos de Estudos Sefardistas, nº 6, 2006, pp. 35-53.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história; tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 143-17

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Organizador). **A escrita da História**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 133-161.

NOVISNKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia: a Inquisição**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1992. p.238.

RÉVAH, Israel Salvador. **Os Marranos**. In: NACHMAN, Falbel e GUINSBURG, Jacó. Os Marranos. Universidade de São Paulo, nº4, 1977. pp. 91-149.

RÜSEN, Jorn. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão**. Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. V.1, n.2, p.07-16, jul. Dez. 2006.

SARAIVA, António José. **Inquisição e Cristãos-Novos**. Porto: Editora Inova Limitada, 1969. p.319.

SILVA, Marcos. **Fundamentos da memória coletiva dos cristãos-novos judaizantes**. In: Cristãos Novos no Nordeste: entre a assimilação e o retorno. São Cristóvão. Editora UFS, 2012. pp 17-37.

———. **A questão da identidade cristã-nova**. In: Cristãos Novos no Nordeste: entre a assimilação e o retorno. São Cristóvão. Editora UFS, 2012. PP 39-47.

———. **Aspectos fundamentais para o estudo do cripto-judaísmo**. Sergipe: UFS, 2007. p.26.

WACHTEL, Natan. **A fé na lembrança: Labirintos Marranos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. P.464.

http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_529 Disponível no site Casa Comum, último acesso em 11/04/2014.

http://www.citi.pt/cultura/historia_cultura/a_j_saraiva/ Disponível em História da Cultura, último acesso em 11/04/2014.